

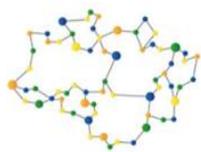
CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL
ASSEMBLEIA GERAL DE GOVERNADORES

**ATA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DE GOVERNADORES DO
CONSÓRCIO INTERESTADUAL DA AMAZÔNIA LEGAL**

Aos nove dias do mês de agosto de 2024, às oito horas e trinta minutos, realizou-se em formato presencial, reunião ordinária da Assembleia Geral de Governadores, instância deliberativa máxima do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, composta pelos Chefes do Poder Executivo dos Estados do Acre, representado pelo Excelentíssimo Governador Gladson Lima Cameli; do Amapá, representado pelo Excelentíssimo Governador, Clécio Luís Vilhena Vieira; do Amazonas, representado pelo Excelentíssimo Governador Wilson Miranda Lima; do Mato Grosso, representado pelo Excelentíssimo Governador Mauro Mendes Ferreira; do Maranhão, representado pelo Excelentíssimo Governador Carlos Orleans Brandão Junior; do Pará, representado pelo Excelentíssimo Governador Helder Zahluth Barbalho; de Rondônia, representado pelo Excelentíssimo Governador Marcos José Rocha dos Santos; de Roraima, representado pelo Excelentíssimo Governador Antônio Oliverio Garcia de Almeida; e do Tocantins, representado pelo Excelentíssimo Governador Wanderlei Barbosa Castro, na ausência dos quais seus respectivos designados os representam, reuniram-se para discutir sobre:

- 1) Encaminhamentos da Reunião anterior;**
- 2) Relatoria dos trabalhos realizados pelo Consórcio no Segundo Trimestre de 2024;**
- 3) Informes, deliberações e ratificações sobre as ações e trabalhos do 28º Fórum de Governadores, Câmaras Setoriais e Conselho de Administração;**
- 4) Ratificação dos Mous assinados no 1º semestre;**
- 5) Ratificação Acordo de Cooperação Técnica entre os Estados em Segurança Pública;**
- 6) Ratificação da carta de Porto Velho;**
- 7) COP29;**
- 8) Inadimplência dos estados;**
- 9) Briefing sobre a pauta da Reunião aberta.**

A reunião foi realizada presencialmente, com início às 08h30 no horário de Porto Velho, RO. O Governador Marcos Rocha deu as boas-vindas a todos e esclareceu a ausência do Presidente do Consórcio, Governador Helder Barbalho por motivo de saúde familiar, informando que conforme deliberado pelo Presidente, ele como



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL ASSEMBLEIA GERAL DE GOVERNADORES

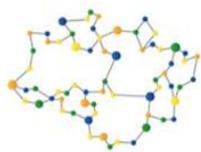
anfitrião conduziria os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária do Consórcio, com apoio da Secretaria Executiva do Cal. Assim, iniciou a discussão da pauta esclarecendo os pontos acerca dos encaminhamentos da reunião anterior, onde havia ficado deliberado:

1) Elaboração de um manifesto sobre Reforma Tributária nos moldes do Consórcio Nordeste - Secretaria Executiva esclareceu que foi elaborado pela Setorial de Gestão Fiscal e Tributária do Consórcio - Aprovado pelos governadores pelo grupo de WhatsApp e Publicado.

2) Dívida dos Estados e Municípios incidência via Conselho da Federação com proposta que garanta tratamento mais justo para os estados da Amazônia – Secretaria Executiva esclareceu que foi melhorada a proposta pelos Secretários de Fazenda do Consórcio, sobretudo estado do Pará. Proposta apresentada ao conselho da federação a qual foi ratificada pelo COMSEFAZ e seguiu como proposta consensuada pelo Pleno do Conselho da Federação. A proposta apresentada pelo Consórcio da Amazônia sobre a renegociação das dívidas, sobretudo a criação do Fundo foi absolvida pelo Senado e já consta com texto no projeto de lei complementar que cria programa federal para que estados e o Distrito Federal possam renegociar dívidas com a União.

3) Diálogo com a Petrobras sobre Exploração da Margem equatorial – Secretaria Executiva esclareceu que conforme tratativas da última reunião, o estado do Amapá apresentou uma proposta para a criação de um fundo de transição energética, conforme deliberação dos governadores quando do fórum de transição em São Luís/MA. A equipe do Consórcio aprimorou a proposta apresentada pelo Secretário Zico/AP, incorporando benefícios para os demais estados da Amazônia e alinhando o contexto com as orientações dos governadores e encaminhou à Petrobrás. Todavia, o Secretário Marcello Brito esclareceu que devido a mudança na Presidência não houve mais avanços no diálogo que havia sido construído até então com o corpo Executivo da Petrobrás. Informou que o grupo de trabalho criado tem participado de reuniões quinzenais e ouvido pacientemente a apresentação dos projetos que estão em andamento na Amazônia. Sobre esse ponto, o Governador do Maranhão Sr. Carlos Brandão ratificou a importância dessa agenda para o estado do Maranhão e Amapá e sugeriu a solicitação de uma agenda com a nova Presidência e todos os governadores da Amazônia.

4) Elaboração de Narrativa comum entre os governadores da Amazônia para a agenda da COP30 – Secretaria executiva esclareceu que na última reunião



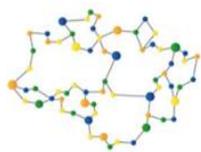
CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL ASSEMBLEIA GERAL DE GOVERNADORES

presencial, realizada em Rio Branco-AC (12/04), foi deliberado que o Consórcio, com apoio da Câmara Setorial de Meio Ambiente elaborasse uma proposta de pauta/narrativa comum, sobre a COP30 para um posicionamento consolidado entre os estados sobre essa agenda. Solicitação do Gov. Mauro Mendes e Gov. Carlos Brandão – ratificada pelos demais.

5) Conforme informado no grupo de WhatsApp, foram realizadas reuniões na Setorial de Meio Ambiente e há entendimento entre os Secretários de que a agenda oficial da COP30 é diferente das discussões regionais/locais que desejamos pautar. Assim, os Secretários de meio ambiente entendem, que ainda não é o momento para posicionamento, visto que a agenda oficial ainda não foi publicizada pela Presidência da COP. Contudo, em resposta ao encaminhamento, os secretários entenderam pela pertinência de o Consórcio elaborar um documento destacando a importância dos estados participarem do processo de atualização da NDC brasileira (metas climáticas do Brasil para o cumprimento do Acordo de Paris), tendo em vista que as ambições climáticas da União interferem em políticas públicas e ações dos entes subnacionais. Assim foi feito, protocolado. Sem devolutiva da presidência até o momento. Protocolo encaminhado para MMA avaliar.

Dando continuidade à pauta, o Governador Marcos Rocha concedeu a palavra ao Secretário Executivo do Consórcio, Sr. Marcello Brito, para apresentar o relatório das principais ações realizadas pelo Consórcio no segundo trimestre de 2024. Durante sua fala, o Secretário Executivo destacou:

- 1)** Resultado da Compra Compartilhada de munição para a Setorial de Segurança Pública - Economia de R\$ 64.090.561,00 com relação ao valor inicialmente estimado R\$ 137.092.458,00
- 2)** Reativação Câmara Setorial de Comunicação;
- 3)** Criação Fórum de Infraestrutura e Transporte que será transformado em Câmara Setorial de Infraestrutura, Transporte e Logística.
- 4)** Reforma tributária: discussões junto ao Ministério Federal e Congresso Nacional para atender aos interesses dos estados - Elaboração e publicação manifesto dos Governadores - Setorial da Fazenda;
- 5)** Diálogos com Governo Federal para implementação das Rotas de Integração Sul-Americanas;
- 6)** Alteração na resolução sobre prestação de contas do PDDE, possibilitando a liberação de mais de R\$100 milhões anuais, beneficiando 11.500 escolas em todo



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL ASSEMBLEIA GERAL DE GOVERNADORES

o Brasil, através de medida proposta pelo Consórcio da Amazônia – Setorial de Educação;

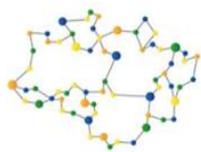
- 7) Apresentação de proposta para resolução das dívidas dos estados e municípios - tratativas para criar um fundo para dívidas estaduais, favorecendo investimentos socioambientais; proposta acolhida pelo conselho da Federação e pelo presidente do Senado.

Faço o registro nesta ata, que durante a relatoria do Secretário Executivo, os Governadores presentes se manifestaram acerca dos pontos abordados. Cada um teve a oportunidade de expressar suas considerações, destacando os desafios e as iniciativas em andamento conectando exemplos de seus respectivos estados, com consenso sobre a importância de manter o diálogo permanente e a colaboração contínua entre os estados da Amazônia legal.

O Secretário Executivo, Marcello Brito, informou aos governadores que, conforme anteriormente mencionado, os recursos utilizados para viabilizar o HUB DA AMAZÔNIA, espaço próprio do Consórcio na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), nos exercícios de 2022 e 2023, foram provenientes de um superavit acumulado durante o período da pandemia e de patrocínios. Todavia, para o ano corrente, não será possível viabilizar o espaço com recursos do Consórcio. Dessa forma, caso os governadores decidam pela manutenção do espaço do HUB, será necessário que o valor correspondente seja rateado entre os estados.

O secretário Executivo esclareceu que a participação na COP29 é uma oportunidade para que os nove Estados da Amazônia Legal possam apresentar a atores nacionais e internacionais os seus projetos relacionados às questões climáticas e de desenvolvimento sustentável. E que é possível a partir da apresentação das potencialidades dos estados, haja interesse de direcionamento de investimentos por parte de países desenvolvidos e setor produtivo global. Essa atração de investimentos estrangeiros pode potencializar as políticas públicas de desenvolvimento sustentável na região.

Houve manifestações, onde os governadores presentes manifestaram concordância sobre a relevância da participação do Consórcio na COP29 e destacaram que a manutenção do **HUB DA AMAZÔNIA** é essencial para fortalecer a pauta ambiental,



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL ASSEMBLEIA GERAL DE GOVERNADORES

principalmente no que tange à preservação da Amazônia e ao combate às mudanças climáticas. Eles entenderam que a agenda é estratégica para a promoção das políticas sustentáveis da região e para a captação de parcerias e investimentos internacionais principalmente nesse momento de pré COP do Brasil.

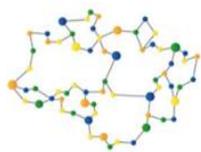
Ficou registrado o consenso de que a experiência adquirida em eventos internacionais anteriores demonstra que a participação conjunta dos estados da Amazônia, por meio do Consórcio, atua como um importante atrativo para stakeholders estrangeiros. A atuação como bloco regional confere maior visibilidade e fortalece o potencial de captação de investimentos internacionais voltados para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, os nove estados da Amazônia têm a oportunidade de apresentar suas demandas e projetos de forma estratégica em eventos globais, como a COP29.

Diante disso, foi unanimemente acordado que a manutenção do **HUB DA AMAZÔNIA** é fundamental, garantindo assim uma representação coesa e articulada da região nos fóruns internacionais.

Sobre a questão dos recursos necessários para a viabilização **do HUB DA AMAZÔNIA na COP29, estimados em aproximadamente R\$ 4 milhões**, ficou acordado que o valor será rateado entre os estados participantes. Cada estado irá verificar internamente a disponibilidade de recursos e determinar a forma de contribuição para a cota que lhe cabe. Foi deliberado que os estados poderão optar por duas modalidades: realizar o repasse do valor através de um contrato de rateio específico para esse fim, ou apresentar um apoiador/patrocinador que cubra a cota correspondente às despesas do HUB DA AMAZÔNIA durante o evento em Baku, Azerbaijão.

Essa flexibilidade foi acordada para facilitar o processo de mobilização dos recursos necessários, respeitando as particularidades de cada estado em relação às suas possibilidades orçamentárias e políticas de patrocínio, para tanto, registra-se que será necessário abertura de crédito adicional especial com ação programática específica ao orçamento do Consórcio para o exercício de 2024 na forma da Lei.

Outro ponto de pauta abordou a questão da inadimplência dos estados. O Secretário Executivo informou que apresentou ao Conselho de Administração um relatório detalhado sobre a situação de cada ente consorciado inadimplente,



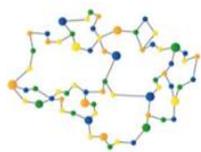
CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL ASSEMBLEIA GERAL DE GOVERNADORES

destacando que o valor total em aberto atualmente soma R\$ 4.140.000,00. Esses recursos, que não estão sendo repassados, têm impactado negativamente a implementação plena da gestão, ainda que o Consórcio não tenha dívidas acumuladas. O Secretário ressaltou que a inadimplência compromete a eficiência da gestão e enfatizou a necessidade urgente de solucionar essa questão de forma definitiva.

Diante da apresentação, os governadores se comprometeram a determinar a priorização dos pagamentos em atraso, reconhecendo a importância de regularizar a situação financeira para garantir o pleno funcionamento das atividades do Consórcio e assegurar a implementação das iniciativas previstas.

Todavia, o governador de Roraima solicitou o perdão da dívida do estado, argumentando que, o Consórcio não possui dívidas e Roraima, sendo o menor estado da federação, enfrenta dificuldades financeiras. O governador destacou ainda que não há condições de abrir um processo de "restos a pagar" para liquidar o valor total em atraso, que perfaz o montante de R\$ 2.101.000,00, referentes a 2º Parcela do Contrato de Rateio de 2019 no valor de R\$ 125.000,00, o Contrato de Rateio de 2020 no valor de R\$ 500.000,00, o Contrato de Rateio de 2022 no valor de R\$ 500.000,00, o Contrato de Rateio de 2023 no valor de R\$ 500.000,00, além da 1º e 2º do Contrato de Rateio de 2024 no valor de R\$ 476.000,00. Em resposta à solicitação do governador de Roraima, houve manifestações por parte dos demais governadores, que reconheceram as dificuldades enfrentadas pelo estado, mas destacaram a importância de buscar uma solução equilibrada para todos os entes consorciados. Como alternativa, foram sugeridas opções de parcelamento da dívida, permitindo a regularização de forma gradual e viável para o estado, sem comprometer o funcionamento do Consórcio. Ao final, após discussões, os governadores deliberaram que será concedido o perdão de 50% da dívida de Roraima, desde que não haja qualquer impedimento legal para tal decisão, devendo ser realizada consulta jurídica sobre a possibilidade. A medida busca atender às dificuldades apresentadas pelo estado, ao mesmo tempo em que se preserva a viabilidade financeira do Consórcio.

Ato contínuo, a Secretaria Executiva passou a relatar os trabalhos realizados no âmbito do 28º Fórum de Governadores, ocorrido no dia 08/08/2024. Foram destacadas as atividades das Setoriais de Meio Ambiente e Desenvolvimento



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL ASSEMBLEIA GERAL DE GOVERNADORES

Sustentável; Agricultura e Economia Verde; Segurança Pública; Governança Fundiária; além do Fórum de Infraestrutura e Transportes e a Setorial de Planejamento.

Também foi apresentado um briefing sobre a pauta da reunião aberta, onde se informou que haverá a Apresentação do Fundo ONU Brasil para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, seguida do Anúncio da Implementação da Parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Consórcio da Amazônia Legal (CAL).

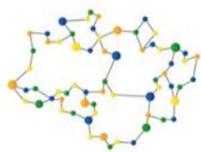
Entre os principais eventos, destaca-se o Ato de Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre os estados, com o objetivo de fortalecer a Segurança Pública na Amazônia Legal, e a Cerimônia de Aniversário do CAL, marcada pela entrega de cinco placas comemorativas.

Além dos pontos já abordados, também foram discutidos outros assuntos de relevância, como a reforma tributária, COP30 no Brasil, temas relacionados à Petrobras, Secex Consenso do TCU, entre outros tópicos de interesse dos estados consorciados.

Com a hora já muito avançada e a necessidade de encerrar a discussão, ficou registrada a importância de continuar o diálogo sobre essas pautas em reuniões futuras, reforçando o compromisso dos estados em trabalhar de forma integrada nas questões estratégicas para o desenvolvimento da região, sendo proposto pelo Governador Marcos Rocha que, se possível, o café robusta de Rondônia seja escolhido como o café oficial da COP30, destacando a qualidade e a relevância do produto para o estado e para o Brasil. Os governadores presentes concordaram com a proposta, reconhecendo o valor simbólico e econômico da iniciativa. Além disso, manifestaram a intenção de que outros produtos de seus respectivos estados também sejam representados na conferência, ressaltando a diversidade e a riqueza produtiva da Amazônia Legal.

Ao final, registrou-se os seguintes encaminhamentos:

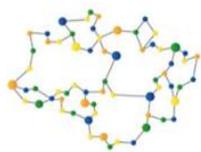
- 1)** Elaboração de um manifesto pela Setorial de Fazenda, ratificando as premissas apresentadas na proposta que o Consórcio da Amazônia apresentou ao Conselho da Federação;



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL
ASSEMBLEIA GERAL DE GOVERNADORES

- 2)** Solicitar agenda com o Presidente do Senado Sr. Rodrigo Pacheco para entrega desse manifesto pessoalmente pelos Governadores;
- 3)** Solicitar da Procuradoria Geral do Pará o ingresso do CAL como Amicus Curiae para defender a constitucionalidade da SecexConsenso;
- 4)** Solicitar uma agenda para os governadores com a Presidência da Petrobrás;
- 5)** COP29 - Verificar com ponto focal indicado de cada estado (fazenda ou meio ambiente) sobre qual será a forma de repasse do valor ref. a cota de cada estado para pagamento das despesas com o HUB da Amazônia em Baku, Azerbaijão;
- 6)** Autorizar abertura de crédito adicional especial ao orçamento do Consórcio para o exercício de 2024 na forma da Lei, para atender com o objetivo de atender às despesas relativas ao rateio necessário para viabilizar a participação do Consórcio na COP29, incluindo a manutenção do HUB DA AMAZÔNIA no evento;
- 7)** Elaborar uma proposta para uma nova forma de rateio considerando o critério de 50% igualitário e 50% proporcional a receita líquida de cada estado. Enviar essa proposta aos gabinetes e aos conselheiros junto com a prestação de contas ref. ao exercício de 2023;
- 8)** Ratificar a criação da Câmara Setorial de Infraestrutura, Transporte e Logística no âmbito do Consórcio da Amazônia Legal.
- 9)** Ratificar o Acordo de Cooperação Técnica de Segurança Pública entre os 9 (nove) estados;
- 10)** Ratificar os MoUs assinados no 1º semestre (MoU com IETA, Termo Aditivo com Embrapa);
- 11)** Ratificar o perdão de 50% da dívida do estado de Roraima ref. aos exercícios anteriores, se não houver inviabilidade jurídica;
- 12)** Secretaria Executiva do CAL continuar atenta às movimentações quanto a agenda da COP30;
- 13)** Ratificar a carta de Porto Velho.

Nada mais havendo a ser tratado, eu, Vanessa Duarte Emergildo, Diretora Executiva do Consórcio da Amazônia Legal, lavrei a presente ata, a qual será assinada por quem de direito.



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL
ASSEMBLEIA GERAL DE GOVERNADORES

Porto Velho, 09 de agosto de 2024

GLADSON LIMA CAMELI

Governador do Estado do Acre

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

EDUARDO COSTA TAVEIRA

Secretário de Estado de Meio Ambiente
do Amazonas

Representando o Governador

Wilson Miranda Lima

CARLOS ORLEANS BRANDÃO JUNIOR

Governador do Estado do Maranhão

MAURO MENDES

Governador do Estado do Mato Grosso

ANTONIO OLIVERIO GARCIA DE ALMEIDA

Governador do Estado de Roraima

WANDERLEY BARBOSA

Governador do Estado do Tocantins